

**PROCESSO Nº:** 0811638-11.2018.4.05.8400 - **PROCEDIMENTO COMUM**  
**AUTOR:** JMT SERVICOS E LOCAÇAO DE MAO DE OBRA LTDA  
**ADVOGADO:** Rodrigo Yacyszyn Alves Romão  
**RÉU:** FAZENDA NACIONAL  
**5ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)**

## **S E N T E N Ç A**

EMENTA : CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE OUTROS TRIBUTOS. ACÓRDÃO DO STF EM SEDE DE RECURSO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (RE 574.706 RG/PR). PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

Cuida-se de ação cível de procedimento comum, com pedido de tutela de urgência, proposta por JMT SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA em face da UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando provimento jurisdicional que lhe assegure a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação entre os créditos que possuem a título de PIS e COFINS indevidamente recolhidos, retroativo aos últimos 05 (cinco) anos, contados da data da propositura da presente demanda, devidamente atualizados com a taxa SELIC, compensando tais créditos com todos os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

Aduz, em síntese, que: a) é pessoa jurídica e recolhe mensalmente, as Contribuições para o Programa de Integração Social - PIS - e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; c) diante da sistemática de incidência do PIS e da COFINS, vê-se obrigada a incluir o valor devido a título de tributos (receita bruta o valor do próprio PIS, da própria COFINS, do IRPJ, da CSLL, do ISS e do ICMS), na base de cálculo daquelas contribuições; d) o art. 12 da Lei nº 12.973/2014, alterou a sistemática em questão determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo daqueles tributos.

O pedido de tutela provisória de urgência foi deferido.

A parte ré apresentou contestação pugnando pela improcedência do pedido autoral.

Não houve réplica.

É o que importa ser relatado. Fundamento e decido.

A parte demandante se insurge contra a inserção do valor do próprio ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Quanto ao mérito, o caso em questão envolve a interpretação de normas de competência tributária.

No que toca à interpretação tributária *latu sensu*, Carlos Alexandre Azevedo Campos, com base na doutrina do mestre italiano Ezio Vanoni, demonstra a superação da concepção da interpretação diferenciada do Direito Tributário.

Nesse sentido, veja-se seguinte trecho:

Não se admite mais a antiga concepção de uma interpretação diferenciada do Direito Tributário em relação às demais disciplinas jurídicas, vigorando, há tempo, a ideia de a interpretação do Direito Tributário ser igual a qualquer outra (interpretação), " *contendo apenas algumas particularidades em decorrência da estrutura de suas normas, mas não da especificidade dos seus métodos* ".

De acordo com a parte demandante, para alcançar a consistência metodológica no campo tributário, deve o intérprete levar em consideração o pluralismo dos métodos interpretativos (literal, sistemático, histórico e teleológico), sem atribuir nenhuma preferência *a priori* ou em abstrato, mas apenas à luz dos casos concretos.

No campo da jurisprudência, o Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, por maioria de votos, em sessão realizada no dia 15 de março de 2017, decidiu que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não integra a base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Ao finalizar o julgamento do Recurso Extraordinário RE 574.706 RG/PR, com repercussão geral reconhecida, os ministros entenderam que o valor arrecadado a título de ICMS não se incorpora ao patrimônio do contribuinte e, dessa forma, não pode integrar a base de cálculo dessas contribuições, que são destinadas ao financiamento da seguridade social.

Neste julgado, prevaleceu o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia, no sentido de que a arrecadação do ICMS não se enquadra entre as fontes de financiamento da seguridade social previstas nas Constituição, pois não representa faturamento ou receita, representando apenas ingresso de caixa ou trânsito contábil a ser totalmente repassado ao fisco estadual. A tese de repercussão geral fixada foi a de que "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". Além da presidente do STF, votaram pelo provimento do recurso a ministra Rosa Weber e os ministros Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e Celso de Mello. Ficaram vencidos os ministros Edson Fachin, que inaugurou a divergência, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

Ademais, o julgado em questão, proferido em sede de repercussão geral, está em sintonia com os princípios nucleares de nosso sistema tributário nacional, em especial o princípio da capacidade

contributiva, previsto no art. 145, § 1º, da CF/88, a impor que a tributação incida sobre signos presuntivos de riqueza.

Corroborando esse entendimento, a doutrina estabelece como corolário do princípio da capacidade contributiva a vedação da tributação "sobre fatos que não denotem riqueza".

Reitere-se, portanto, que os tributos acima elencados constituem ônus fiscal e não representam signo presuntivo de riqueza.

O RE 574.706 RG/PR coaduna-se, ainda, com a melhor interpretação do art. 195, I "b", c/c art. 110 do CTN, na medida em que a lei ordinária não pode alterar os conceitos constitucionais estabelecidos pelas normas de competência tributária para ampliar a base de cálculo dos tributos, considerando o ICMS como parte integrante do faturamento ou receita.

Portanto, procede a pretensão da parte autora em excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Ante o exposto, **julgo procedente o pleito autoral** para determinar que a parte ré abstenha-se de incluir o valor do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Considerando a existência de pagamento indevido por parte do contribuinte, fica este autorizado a compensar integralmente, **após o trânsito em julgado da demanda** (art. 170-A do CTN e súmula n. 212 do STJ), os valores recolhidos a maior, observada a legislação vigente na data do encontro de contas e a **prescrição quinquenal**.

O indébito deverá ser atualizado pela taxa SELIC.

Condene a parte ré ao pagamento de honorários sucumbenciais, que fixo em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, considerando a natureza manifestamente repetitiva da causa, rápida tramitação e prática de poucos atos processuais pelas partes.

Custas *ex lege*.

Sentença sem sujeição ao duplo grau de jurisdição (art. 496, § 4º, II, do CPC).

Intimem-se.



Processo: **0811638-11.2018.4.05.8400**

Assinado eletronicamente por:

**MONIKY MAYARA COSTA FONSECA - Magistrado**

Data e hora da assinatura: 15/02/2019 12:52:08

Identificador: 4058400.4847454

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.trf5.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



19021512520889100000015526531